

NOTA DO CONSELHO DE CENTROS E DIRETÓRIOS ACADÊMICOS DA UFMG SOBRE AS FUNDAÇÕES DE DIREITO PRIVADO E AS IRREGULARIDADES APONTADAS PELO TCU

O ano de 2009 começou com mais um escândalo ao redor do tema das fundações. Ano passado assistimos reitores comprando lixeiras de ouro, desviando verbas, contratando sem licitação, substituindo servidores públicos por estagiários, etc. São apenas alguns exemplos da relação promíscua entre a universidade pública e as fundações ditas de apoio à universidade.

O Tribunal de Contas da União aponta diversas irregularidades na relação UFMG / FUNDEP, quais sejam: obras sem licitação, convênios e contratos obscuros, falta de prestações de contas e previsões de custos, professores com DE alocados na coordenação de cursos pagos, substituição de servidores públicos por estagiários, pagamento de bolsas com valores exorbitantes e por fim repasse de recursos públicos para um ente privado. Foram R\$190 mi que a comunidade universitária não pode saber até onde foram.

Essas irregularidade não são novidade, há muito tempo o movimento estudantil e docente questiona as fundações, a própria UFMG cobrou durante anos uma taxa de matrícula, através da FUMP declarada ilegal pelo STF no ano passado. Além das 16 universidades questionadas neste início de ano, em 2007 a UNB e UNIFESP foram palco de escândalos nacionais envolvendo esses mesmos atores.

As acusações que vieram a público neste início de ano já contavam em Dossiê publicado pelo ANDES em Setembro de 2008 e também em representação feita pelo DCE UFMG ao Ministério Público Federal em 2008.

Além de serem ilegais o maior crime em questão é que todas essas práticas atentam contra o caráter público da universidade. É obrigação do governo conforme definido pela Constituição e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação custear

todas as despesas decorrentes do ensino, pesquisa e extensão nos estabelecimentos oficiais.

O não cumprimento integral do artigo 207 da Constituição Federal, que trata da autonomia da instituição universitária, dificulta alternativas capazes de promover a agilidade administrativa necessária para levar adiante as pesquisas e obras de infraestrutura. Essa situação se agravou quando as políticas neoliberais levaram ao sucateamento do ensino público, como o veto aos 7% do PIB para a Educação, indicados pelo PNE, que foi vetado por FHC e mantido pelo atual Governo. Por outro lado, as IFES aceitaram demasiadamente passivas essa situação e ao invés de solucionar os problemas pela sua raiz, ou seja, lutando tenazmente por verbas, prioridade e autonomia, elas recorrem às soluções conciliadoras e irresponsáveis do financiamento e/ou gestão privada de recursos através das Fundações de Apoio de Direito Privado.

Assistimos durante toda a década de 90 sucessivos cortes no orçamento da educação, agora diante da crise econômica mundial já foram contingenciados 37 bilhões do orçamento de 2009, o que com certeza terá seus efeitos sobre a educação. É hora da universidade decidir: vamos exigir do governo que cumpra com sua obrigação constitucional e custeie a educação ou vamos continuar dependendo da relação de interesses conflituosos entre uma universidade pública e uma fundação privada?

A Reitoria até o momento não prestou os devidos esclarecimentos em relação aos casos acontecidos, afinal, qual o grande problema em abrir as contas da FUNDEP se a Reitoria nega que hajam irregularidades?

Em reunião no dia 17 de Março o Conselho de Centros e Diretórios Acadêmicos da UFMG votou uma pauta de reivindicações que inclui:

- 1. Abertura imediata das contas de todas as Fundações que atuam na UFMG;**
- 2. Comissão paritária eleita em Assembléia das categorias, que tenha acesso a todas as contas, para apurar possíveis irregularidades nas fundações;**
- 3. Que a universidade assuma todas suas funções: Ensino, pesquisa, extensão, assistência estudantil, que hoje funcionam terceirizadas pelas fundações privadas;**
- 4. Pelo fim da DRU, que retira verbas da educação;**
- 5. Por 10% do PIB para educação;**
- 6. Autonomia didática, científica, pedagógica, de gestão financeira, administrativa e patrimonial;**
- 7. Por tudo isso, acreditamos que defender a universidade pública é lutar pela extinção das fundações na UFMG e em todo país.**